PROJETO DE LEI N.º , DE 29 DE SETEMBRO DE 2017

Dispõe sobre o Plano Plurianual para o período de 2018 a 2021.

O Povo do Município de Pedro Leopoldo por seus representantes legais aprova:

- **Art. 1º**. Esta lei institui o Plano Plurianual para o quadriênio 2018/2021, em cumprimento ao disposto no art. 165, parágrafo 1º, da Constituição Federal, estabelecendo, para o período, os programas com seus respectivos objetivos, indicadores e montantes de recursos a serem aplicados em despesas de capital e outras delas decorrentes e nas despesas de duração continuada, na forma dos Anexos desta Lei:
 - a) Anexo I Financiamento dos Programas Governamentais
 - b) Anexo II Descrição dos Programas Governamentais/ Metas/ Custos
 - c) Anexo III Unidades Executoras e Ações voltadas ao Desenvolvimento do Programa Governamental
 - d) Anexo IV Estrutura de órgãos, UO e UE
 - e) Anexo V Programas de Governo
- **Art. 2º.** As prioridades e metas estão dispostas na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o ano de 2018.
- **Art. 3º.** A exclusão ou alteração de programas constantes desta lei, bem como a inclusão de novos programas serão propostos pelo Poder Executivo, através de Projeto de Lei de Revisão do Plano ou Projeto de Lei específico.
- **Art. 4°.** A inclusão, exclusão ou alteração de ações orçamentárias no Plano Plurianual poderão ocorrer por intermédio da lei orçamentária anual ou de seus créditos adicionais, apropriando-se ao respectivo programa, as modificações consequentes.
- **Parágrafo Único** De acordo com o disposto no caput deste artigo, fica o Poder Executivo autorizado adequar as metas das ações orçamentárias para compatibilizá-las com as alterações de valor ou com outras modificações efetivadas na lei orçamentária anual.
- **Art. 5°.** Fica o Poder Executivo autorizado a alterar, incluir ou excluir produtos e respectivas metas das ações do Plano Plurianual, desde que estas modificações contribuam para a realização do objetivo do Programa.

Art. 6°. As prioridades da Administração Municipal em cada exercício serão expressas na Lei de Diretrizes Orçamentárias e Leis Orçamentárias Anuais, extraídas dos Anexos desta Lei.

Art. 7°. Nenhum investimento cuja execução ultrapasse um exercício financeiro poderá ser iniciado sem prévia inclusão no Plano Plurianual, ou sem lei que autorize sua inclusão.

Art. 8°. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura Municipal, aos 29 de setembro de 2017.

CRISTIANO ELIAS DOS REIS COSTA Prefeito do Município de Pedro Leopoldo

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE PEDRO LEOPOLDO EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS

Exmos. Srs. Vereadores,

É com satisfação que o Executivo Municipal submete à apreciação desta Casa Legislativa o presente Projeto de Lei que dispõe sobre a Lei do Plano Plurianual para o período de 2014 a 2017 e em cumprimento ao disposto no Art. 165 da Constituição da República de 1988.

O Plano Plurianual do Município tem como objetivo definir com clareza quais são as metas e prioridades da Administração em dado período, além de definir quais são os objetivos esperados para as ações propostas e orientar a feitura das Leis Orçamentárias Anuais. Neste sentido, o Plano Plurianual é uma peça da mais alta importância que organiza em programas as ações do Executivo, determinando quais serão os bens ou serviços oferecidos pela Administração à sociedade.

Ademais é um instrumento que possibilita a gestão democrática das metas e recursos da Administração, pois ao explicitar o plano de alocação de recursos para as ações de governo, em dado período, possibilita maior transparência da execução dos orçamentos anuais e uma melhor fiscalização, pela sociedade e diversos órgãos de controle, de tal execução.

Finalmente, o Plano Plurianual busca orientar a elaboração das Leis Orçamentárias para realizar ações de governo e não apenas ações políticas de cada Administração.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossas Excelências os protestos de elevada estima e consideração.

Atenciosamente,

ELOÍSA HELENA CARVALHO DE FREITAS PEREIRA

Prefeita do Município de Pedro Leopoldo